

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA
REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy e do Sr. Hélio Leite)**

Requer a realização de Mesa Redonda em Altamira (PA) para debater o atraso das Condicionantes do projeto de Belo Monte, firmadas pelo Consórcio Norte Energia com o Poder Público, frente às novas denúncias de pagamento de propina, delatadas na Operação Lava Jato.

Senhores Deputados,

Requeremos, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Mesa Redonda na cidade de Altamira, no Estado do Pará, para debater o atraso do atendimento das Condicionantes Compensatórias do projeto de Belo Monte, firmadas pelo Consórcio Norte Energia com o Poder Público, frente às novas denúncias de pagamento de propina, delatadas na Operação Lava Jato.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados representantes responsáveis pelo tema dos seguintes órgãos e entidades:

- Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM;
- Norte Energia S.A.;
- Ministério de Minas e Energia;
- Instituto Sócioambiental (ISA);
- Movimento Xingu Vivo para Sempre;
- OaB, seccional Pará;
- Governo do Estado do Pará;
- Ministério Público Federal no Pará.

Justificativa

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no Rio Xingu, nas proximidades do município de Altamira/PA. Com uma potência instalada de 11.233 MW, Belo Monte se tornará a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (20.300 MW) e da binacional Itaipu (14.000 MW). Além disso, será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira.

Apesar de ser apresentado pelo governo como a solução para o fornecimento de energia na região, o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte encontrou, desde o seu início, forte oposição de ambientalistas e de comunidades indígenas locais. Os principais argumentos apresentados contra a instalação do empreendimento são:

- o tamanho do reservatório, que, com 516 km², ocupará uma área igual aos lagos das usinas do Complexo do Rio Madeira: Jirau, com 258 km², e Santo Antônio, com 271 km²; e

- a baixa produção efetiva de energia em comparação com a sua capacidade instalada, uma vez que, por restrições ambientais, ela funcionará a fio d'água, ou seja, com baixa reserva, gerando apenas 4.571 MW médios, ou 47 % de sua capacidade.

Em outras hidrelétricas brasileiras, essa geração nunca é inferior a 55%. Apesar de toda a pressão contra o projeto, o Governo Federal insiste em construir a Usina. Entretanto, com vistas a minimizar os impactos socioambientais do empreendimento, foram acordadas 54 condicionantes para autorizar a usina hidrelétrica de Belo Monte, sendo que grande parte dessas condicionantes ainda não foram atendidas satisfatoriamente pelo Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM.

Como um dos motivos para o não atendimento dessas condicionantes, o consórcio alega não haver recursos suficientes para realização de todas as obras necessárias. Em contraponto, recentemente, em delação premiada da operação Lava Jato, o Sr. Dalton Avancini, executivo da Camargo Corrêa, afirmou ter pago R\$ 102 milhões em propina para o PMDB e para o PT, sendo

50% para cada partido. A Camargo Córrea tem 16% dos contratos do consórcio responsável pela usina, o que representa R\$ 5,1 bilhões.

O valor pago em propina apenas por uma das empreiteiras que compõe o consórcio seria suficiente para executar as obras e atender boa parte das condicionantes do empreendimento, se não todas.

Tendo em vista a gravidade das denúncias e a relevância do tema para a região Norte do País, contamos com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar para aprovar este requerimento.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2015.

Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA

Dep. Hélio Leite
DEM – PA